

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA
PROVISÓRIA N° 759, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016**



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, e sobre regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências.

EMENDA N.º

Dê-se ao § 1º do art. 9 da Lei nº 8.629 de 25/02/1993, alterado pelo art. 2º da MP nº 759 de 22/12/2016, a seguinte redação:

"Art. 19.

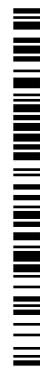
§ 1º - O processo de seleção de que trata o **caput** será realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA com ampla divulgação de edital de convocação no Município em que será instalado o projeto de assentamento e na internet, na forma do regulamento.”

JUSTIFICAÇÃO

Propõe-se a modificação no texto para evitar quaisquer equívocos de análise ou interpretação, no referido artigo, quanto à realização do trabalho pela Autarquia Agrária.

Sala da Comissão, em 7 de fevereiro de 2017.

Deputado Marcos Rogério - DEM /RO



CD/17244.02323-80